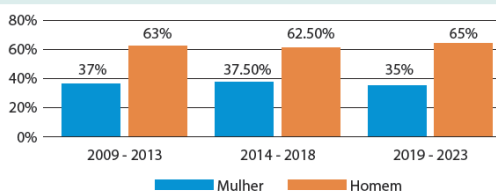


Decresce o espaço da mulher nas Assembleias Autárquicas de 2018. Um alerta para eleições gerais e provinciais de 15 de Outubro

Apesar dos esforços empreendidos para uma maior participação política da Mulher em Moçambique, os dados das últimas eleições autárquicas indicam que no cômputo geral houve um significativo retrocesso ao nível das Assembleias Autárquicas. De uma variação positiva de 37 por cento no mandato 2009-2013, passou para 37,5 por cento no mandato 2014-2018. Entretanto, a análise dos resultados das últimas eleições autárquicas que tiveram lugar no dia 10 de Outubro de 2018, mostra uma variação negativa de 37,5 por cento do mandato anterior para 35 por cento (vide o gráfico).

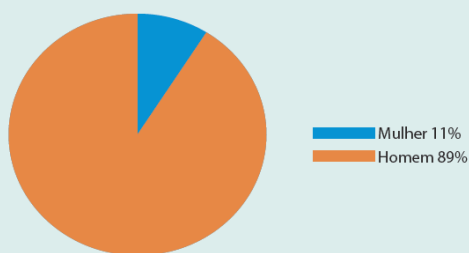
Representação percentual das mulheres nas assembleias autárquicas



Fonte: IMD, elaborado a partir dos resultados das eleições autárquicas de 2008, 2013 e 2018

Esta é uma situação preocupante e que chama atenção para a necessidade de acções mais enérgicas a curto, médio e longo prazo. As alterações no xadrez de governação e da eleição dos representantes locais ajustou por negativo o espaço da mulher na arena política local. A eleição dos membros das assembleias provinciais, bem como a introdução da eleição dos governadores provinciais demanda alguns ajustamentos dos sistemas e dos critérios de inclusão de mulheres, de modo a que elas tenham oportunidade de serem eleitas, sob o risco de se manter a tendência de variação negativa e de verificar-se a níveis mais preocupantes. Pese embora os resultados pareçam estimulantes do ponto de vista da presidência dos conselhos autárquicos – pois registou-se um ligeiro aumento de mulheres na presidência, de cinco no mandato anterior para seis no actual mandato – a realidade indica para uma complexidade cada vez mais alarmante de espaço público para participação da mulher.

Presidência do Conselho Autárquico 2019 - 2023



Fonte: IMD

Neste sentido, o IMD alerta para que acções mais arrojadas devam ser assumidas de imediato para se reforçar a participação da mulher, a destacar:

- Proactividade das Organizações da Sociedade Civil na promoção do acesso à informação à mulher para a sua maior participação na política e governação, através de acções de capacitação e financiamento das ligas femininas. Trata-se de uma forma de elevar os níveis de barganhas e pressão feminina para inclusão estratégica nas listas de candidatura;
- Envolver as lideranças partidárias e governamentais nos processos de educação da mulher. Uma acção estratégica deve ser encabeçada para garantir um maior compromisso político pela agenda de género para todo sistema político;
- O quadro legal (de diversos sectores) deve admitir reformas que possibilitem maior participação da mulher na política e governação. Tanto acções educativas familiares, sociais, políticas e económicas precisam de ser sensíveis às abordagens de género a tal que a mulher encontre espaço para expor e desenvolver as suas capacidades de acção colectiva.

Tendo em conta o cenário nas eleições autárquicas, o IMD, alerta ainda para o risco de haver uma regressão acelerada da presença da mulher em posições de relevo na política, inclusive ao nível da Assembleia da República. E mais, se os partidos políticos não incorporarem critérios claros que garantam uma maior participação da mulher num contexto de igualdade de oportunidade e de elegibilidade, o cenário poderá deteriorar-se fortemente. Para o IMD, existem alguns desafios que podem ser directamente indicados para os partidos político:

- A posição nas listas de candidatura — a experiência das autárquicas de 2018 mostra que pese embora a presença de cerca de 1447 mulheres nas listas de candidatura, não existe uma proporcionalidade com a possibilidade de ser elegível (apenas 21 mulheres foram eleitas). Acções devem ser empreendidas para que a presença das mulheres nas listas seja em posições elegíveis. Para o caso das eleições locais de 2018, grande parte da exclusão das mulheres nos cargos electivos resultou das posições que ocupavam nas listas partidárias.
- A masculinização dos partidos políticos — mesmo com alguma tendência em haver consideração de aspectos relativos ao género, a masculinização da política caracteriza quase todos os partidos políticos moçambicanos o que faz com que o espaço de participação da mulher seja fortemente limitado. Há no subconsciente de funcionamento dos partidos políticos uma espécie de violência e barreiras à participação efectiva da mulher. Acções efectivas podem ser desenvolvidas a curto e médio prazo para criação de estruturas de oportunidade, com vista à participação da mulher em posições de relevância nos partidos políticos.

As dinâmicas do presente ano eleitoral indicam que seja de carácter urgente a sensibilização para consideração de abordagens de género e reforço das capacidades das mulheres, numa primeira fase, nos partidos políticos. Por isso, o IMD chama atenção para que a monitoria e advocacia para igualdade de oportunidade deva ser empreendida desde as barganhas de composição das listas de candidaturas, incluindo as campanhas, etc. Porque não pensar, por exemplo, em "listas zebras" em alternância de oportunidade de ser elegíveis?

IMD – Instituto para Democracia Multipartidária
Av. Salvador Allende nº 753, Maputo/Moçambique
Office: +258 84 306 6565 | imd@imd.org.mz | www.imd.org.mz